

A destruição epistêmica do pensamento: anti-intelectualismo, plataformas digitais e a reconfiguração neoconservadora da verdade na América Latina¹

Tiago Negrão de Andrade

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Maria Cristina Gobbi

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

1 Introdução

A crise da legitimidade epistêmica nas sociedades contemporâneas não constitui um fenômeno marginal, mas sim um sintoma revelador da profunda reconfiguração das condições de produção, circulação e reconhecimento do saber em democracias tensionadas por disputas ideológicas e assimetrias informacionais. A ascensão de regimes autoritários, a fragmentação das esferas públicas digitais e o fortalecimento de discursos anti-intelectuais delineiam um cenário em que o conhecimento crítico — outrora eixo estruturante do debate público — passa a ser deslegitimado como ameaça moral, doutrinação ideológica ou expressão de um suposto elitismo cognitivo. Ao longo da redemocratização latino-americana, universidades públicas, sistemas de ciência e imprensa independente reorganizaram a esfera pública, sedimentando protocolos de prova, perícias e mediações acadêmicas; é esse arranjo institucional, e não uma abstração iluminista, que torna o conhecimento crítico estruturante do debate, pois ancora políticas públicas, contesta arbitrariedades e cria padrões de responsabilização (O'Donnell, 1994; Avritzer, 2019; García Canclini, 2008).

A urgência do tema se intensifica diante das projeções que apontam para a expansão da plataformização da vida social e para a crescente interferência algorítmica sobre práticas de escuta, processos educativos e formas de formação da opinião pública (Zuboff, 2019). No contexto latino-americano, onde desigualdades históricas dialogam com novas formas de colonialidade digital, a disputa pelo reconhecimento epistêmico adquire contornos ainda mais urgentes e complexos (Santos, 2016; Benjamin, 2019).

Adotamos uma concepção procedimental-substantiva de democracia: procedimental, quanto a competição eleitoral, pluralismo e garantias civis; substantiva, no sentido de qualidade democrática que inclui capacidade estatal, direitos sociais e infraestrutura pública do conhecimento (O'Donnell, 1994; Avritzer, 2019). É nessa chave que situamos a relação entre democracia e saber/verdade: não como premissa autoevidente, mas como condição institucional para arenas de escuta qualificada, validação intersubjetiva e deliberação pública (Santos, 2016; García Canclini, 2008).

¹ Agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC/UNESP e ao professor Dr. José Osvando Moraes (*in memoriam*). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Proc. 2022/08397-6) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Proc. 305265/2023-7).

Historicamente, a crítica exerceu papel central em diferentes tradições filosóficas, da Ilustração à teoria crítica, sendo mobilizada como instrumento de emancipação, resistência e transformação social. No entanto, a trajetória recente da crítica revela um processo de esvaziamento institucional e simbólico, acompanhado pelo declínio das condições públicas de validação do saber. Como aponta Paulo Arantes (2014), vivemos sob o signo de um cinismo estrutural, no qual a razão subsiste apenas como aparência formal, esvaziada de sua potência intersubjetiva, incapaz de sustentar consensos dissensuais ancorados na verdade e na crítica. Diversos campos do conhecimento — como a filosofia política, a comunicação, a sociologia do conhecimento e a educação crítica — têm se debruçado sobre os modos pelos quais essa desestruturação epistêmica se opera através de dispositivos técnicos, afetivos e discursivos, mediados por infraestruturas digitais que delimitam o que pode ser dito, escutado e conhecido (Latour, 1994; Noble, 2018).

Este estudo insere-se num contexto latino-americano marcado por ofensivas cada vez mais incisivas contra instituições de saber e mediação crítica. Na Argentina, em 2024, o governo de Javier Milei impôs cortes orçamentários que reduziram em até 80% os recursos reais destinados às universidades públicas, desencadeando mobilizações de massa com aulas públicas, manifestações populares e forte resistência por parte de docentes e estudantes (Misculin, 2024; Sigal, 2024). No México, desde 2021, pesquisadores vinculados ao CONACYT enfrentam processos judiciais interpretados por setores da academia e da imprensa internacional como formas de intimidação e criminalização da ciência independente (McKie, 2021). No Brasil, a desinformação política e eleitoral intensificou-se desde 2022, conforme mostram os dados do *Digital News Report*, alimentada por redes articuladas de *fake news* e narrativas populistas que minam a confiança pública nas instituições democráticas (Reuters Institute, 2024). Essa combinação de ataques estruturais, perseguições simbólicas e disseminação massiva de desinformação conforma uma ecologia da deslegitimação epistêmica que exige análise crítica urgente.

O objeto deste artigo são os mecanismos contemporâneos de deslegitimação epistêmica que operam na intersecção entre plataformas digitais, discursos anti-intelectuais e regimes afetivos de verdade. Tais mecanismos, compreendidos como dispositivos sociotécnicos e simbólicos, não apenas condicionam a visibilidade do saber, mas reorganizam os critérios de sua legitimidade pública, especialmente em contextos de erosão democrática. Partimos da hipótese de que esses processos não se limitam à difusão de desinformação ou à crise comunicacional da esfera pública, mas expressam uma racionalidade política articulada, pautada pela desvalorização da mediação crítica e pela performatividade do ressentimento. A análise sustenta-se em uma abordagem interseccional, amparada em contribuições da epistemologia do Sul (Santos, 2016), nas críticas à tecnopolítica da exclusão (Benjamin, 2019) e nas teorias da performatividade e do reconhecimento (Butler, 1997), buscando mapear como diferentes camadas — técnicas, discursivas, afetivas e institucionais — cooperam para a corrosão da crítica enquanto fundamento democrático. Com isso, o artigo oferece uma contribuição original ao debate contemporâneo sobre a crise da razão pública, examinando as formas pelas quais a autoridade epistêmica é disputada, corroída e reconfigurada no Sul Global.

Em vez de explicar a crise apenas por “fake news” ou falhas regulatórias, tratamos a deslegitimação epistêmica como projeto político articulado, no qual se entrelaçam ressentimento

social (Brown, 2019), design algorítmico (Zuboff, 2019; Gillespie, 2020) e populismos digitais (Tufekci, 2017; Fuchs, 2021).

Embora pesquisas recentes sobre desinformação e plataformização tenham avançado na compreensão das novas arquiteturas do poder digital, ainda são incipientes os estudos que investigam como esses dispositivos participam ativamente da deslegitimação epistêmica enquanto projeto político. O conceito de “capitalismo de vigilância”, proposto por Zuboff (2019), descreve com acuidade a lógica extrativa das plataformas digitais, mas concentra-se majoritariamente nos impactos econômicos e normativos, sem abordar de forma aprofundada os efeitos sobre os regimes públicos de verdade. Já Noble (2018) revela como algoritmos de busca reproduzem e perpetuam hierarquias raciais e de gênero, expondo o viés estrutural das tecnologias informacionais. Contudo, seu enfoque permanece ancorado no contexto norte-americano, com menor atenção à performatividade anti-intelectual que marca as democracias do Sul. Este artigo propõe, portanto, uma ampliação dessas abordagens por meio de uma análise situada, que articule os aspectos técnicos, simbólicos e afetivos envolvidos na erosão da legitimidade epistêmica em contextos latino-americanos. Ao fazê-lo, busca iluminar as formas pelas quais a crítica pública tem sido recodificada como ameaça moral, deslocando a mediação cognitiva do centro do debate democrático e instaurando uma nova gramática do ressentimento e da simplificação.

Entre os principais desafios contemporâneos, destacam-se a captura do discurso crítico por projetos regressivos, a fragilização das instâncias institucionais de mediação e a ausência de políticas públicas voltadas à preservação da diversidade epistêmica. Paralelamente, emergem controvérsias significativas em torno da liberdade de cátedra, da moderação de conteúdos e das estratégias de regulação algorítmica, exigindo novas formas de articulação entre educação crítica, justiça cognitiva e soberania informacional (Butler, 2015; Gillespie, 2020). Diante desse panorama, o objetivo deste estudo é investigar, de forma crítica e interseccional, como se estruturam os mecanismos contemporâneos de deslegitimação epistêmica e quais respostas têm emergido diante dessa crise.

A pesquisa é guiada pelas seguintes perguntas: de que forma a crítica vem sendo desqualificada nas democracias contemporâneas? Quais dispositivos técnicos e discursivos operam essa deslegitimação? Como a educação crítica, a justiça cognitiva e a regulação digital podem contribuir para a reconstrução de regimes públicos de produção do saber? Ao abordar essas questões, o artigo pretende fortalecer práticas insurgentes de mediação crítica e contribuir para o redesenho democrático das condições de produção da verdade em um cenário global marcado pela intensificação das disputas epistêmicas.

Este artigo aborda a América Latina a partir de uma comparação situada, tomando o Brasil como eixo empírico principal e mobilizando evidências documentais e casos institucionais de Argentina, México e Peru, de modo a evitar generalizações abstratas e a ancorar o argumento em dinâmicas regionais (Misculin, 2024; McKie, 2021; Chaparro, 2023). O enquadre dialoga com tradições críticas latino-americanas sobre qualidade democrática, colonialidade do poder/saber e hibridismos culturais, articulando, entre outros, O'Donnell sobre democracia delegativa e legados autoritários, Avritzer sobre participação e instituições, Quijano e Mignolo sobre colonialidade e geopolíticas do conhecimento, e García Canclini sobre formas culturais e mediações (O'Donnell, 1994; Avritzer, 2019; Quijano, 2000; Mignolo, 2005; García Canclini, 2008; Santos, 2016). Trata-se de uma reflexão situada a

partir do caso brasileiro, em diálogo comparado com Argentina, México e Peru; quando o argumento extrapola o Brasil, isso é sinalizado e amparado por literatura e evidências regionais.

2 Metodologia

Este estudo adota abordagem qualitativa, documental e crítico-analítica, combinando revisão integrativa e Análise Crítica do Discurso (ACD) orientada à identificação de estratégias de deslegitimação epistêmica em documentos acadêmicos, institucionais e jornalísticos. As buscas foram realizadas entre 2010 e 2025 nas bases Scopus, Web of Science, SciELO, Redalyc e em repositórios/documentos CLACSO, CEPAL, Unesco, além de iniciativas de checagem e centros de pesquisa (por exemplo, NetLab/UFRJ), considerando o papel das plataformas e da colonialidade do saber na organização da esfera pública (Quijano, 2000; Mignolo, 2005; Santos, 2016; Gillespie, 2020; Noble, 2018). Principais strings (adaptadas por idioma): (“anti-intelectual*” OR “antiintelectual*” OR “anti-intelectualism*”) AND (plataform* OR “redes sociais” OR “social media” OR algoritmo* OR desinform*) AND (democr* OR “esfera pública” OR “regime de verdade”) AND (“América Latina” OR Brasil OR Argentina OR México OR Peru). O corpus final compreendeu 22 documentos (artigos revisados por pares, relatórios institucionais, normas e peças jornalísticas analítico-explicativas). A sistematização foi realizada em planilha padronizada, com dupla checagem de codificação e resolução de discrepâncias por consenso, assegurando coerência entre categorias da ACD e descritores tecnopolíticos. A sistematização ocorreu em três etapas: 1) deduplicação e triagem por título/abstract; 2) leitura integral com formulário de extração (tipo de fonte, país, período, categorias ACD); 3) codificação temática (a priori: anti-intelectualismo; economia da atenção; autoritarismo; educação/letramento; políticas públicas; a posteriori: mimetismo democrático; ressentimento performativo; judicialização da ciência). A triangulação conectou (a) evidências empíricas de casos e normas (Misculin, 2024; McKie, 2021; Chaparro, 2023), (b) tensionamentos teóricos (O'Donnell, 1994; Avritzer, 2019; Quijano, 2000; Mignolo, 2005; Santos, 2016) e (c) descritores tecnopolíticos sobre plataformas e moderação (Zuboff, 2019; Fuchs, 2021; Gillespie, 2020; Tufekci, 2017).

4

3 Resultados e discussão

Os achados evidenciam que a deslegitimação do saber crítico opera por dispositivos simbólicos, afetivos e algorítmicos, reconfigurando a esfera pública (Zuboff, 2019; Fuchs, 2021; Tufekci, 2017). Não se trata apenas da circulação de falsidades, mas de um arranjo sistêmico que combina economia da atenção (Zuboff, 2019), performatividades ressentidas (Brown, 2019) e opacidade algorítmica (Gillespie, 2020), deslocando os critérios de verdade e escuta.

A comparação situada evidencia homologias regionais: na Argentina (2024), combina-se pressão orçamentária e retórica antiuniversidade com mobilização social massiva (Misculin, 2024); no México (2021-), processos e investigações contra cientistas sugerem judicialização e intimidação da pesquisa independente (McKie, 2021); no Peru (2023), registrou-se repressão policial a campus universitário durante protestos, sinalizando o entrelaçamento entre ordem pública e controle da vida acadêmica (Chaparro, 2023). Em conjunto, tais episódios indicam que a deslegitimação epistêmica e as

moralizações punitivas do saber se articulam a dispositivos de governo da atenção e a arranjos institucionais que desfinanciam e desautorizam a mediação crítica (Reuters Institute, 2024; Gillespie, 2020).

3.1 A razão em ruínas: o anti-intelectualismo como estratégia política de deslegitimação epistêmica

O anti-intelectualismo contemporâneo não é um desvio episódico, mas uma tecnologia simbólica de governo que desloca a legitimidade epistêmica da argumentação para a suspeita, corroendo os protocolos públicos de prova e mediação que sustentam a vida democrática (O'Donnell, 1994; Avritzer, 2019). Em chave latino-americana, o rebaixamento da mediação crítica reativa heranças autoritárias e assimetrias histórico-coloniais do saber, deslocando a autoridade epistêmica do registro procedimental-substantivo da democracia para moralizações que interditam a crítica (O'Donnell, 1994; Avritzer, 2019). Tal deslocamento se ancora na colonialidade do poder/saber e em disputas geopolíticas de conhecimento que marcam a região, nas quais a legitimidade do saber é condicionada por hierarquias raciais, de classe e de territorialidade (Quijano, 2000; Mignolo, 2005). Ao mesmo tempo, a cultura pública híbrida das cidades latino-americanas fornece repertórios de circulação e tradução cultural que tensionam esse rebaixamento, evidenciando mediações e contramediações do saber (García Canclini, 2008).

No Brasil, as campanhas contra a vacina continuam sendo foco de estratégias de deslegitimação epistêmica: conforme estudo do Conselho Federal de Farmácia (CFF) em parceria com o CNMP e a Unisa, 21% dos brasileiros relataram ter deixado de se vacinar — ou vacinar seus filhos — devido a informações falsas recebidas via redes sociais ou WhatsApp entre janeiro e fevereiro de 2024 (CFF; CNMP/UNISA, 2024). Adicionalmente, outra pesquisa (Unicef/Estadão) aponta que 21% dos pais entrevistados já haviam evitado vacinar os filhos após se deparar com notícias negativas sobre imunizantes online (Carvalho, 2024). Em paralelo, a Argentina também registrou ataques às universidades em 2024, com protestos contra cortes e manifestações públicas em defesa da educação superior (Misculin, 2024). Esses exemplos empíricos reforçam como a instrumentalização da desinformação opera na saúde e na educação. No plano teórico, Rosa e De Ornellas Rosa (2024), em *Tecnopolíticas do ódio*, documentam o uso de algoritmos de disseminação em grupos de WhatsApp conservadores, que amplificam narrativas de ódio e deslegitimação por meio de metadiscursos conspiratórios. Complementarmente, Butter e Knight (2024), em *Populism and conspiracy theory*, discutem o “neofascismo digital” como regime político mediado por retórica autoritária, afetos de ressentimento e recusa deliberada da crítica especializada — contribuindo decisivamente para a compreensão dos processos epistêmicos aqui analisados.

Observados em conjunto, os casos de saúde pública e universidades apontam para uma gramática comum que combina economia da atenção, judicialização e moralismos punitivos. Esse arranjo encontra ressonância com diagnósticos sobre a razão neoliberal enquanto pragmática que privatiza afetos e reconfigura o comum (Gago, 2018), ao mesmo tempo em que atualiza guerras morais que disciplinam corpos e saberes (Segato, 2016). A disputa epistêmica aparece como luta por reconhecimento e por desenho institucional do que conta como evidência, como perigo moral e como “ideologia” (Svampa, 2016; Dussel, 2011).

Paulo Arantes (2014) identifica, no Brasil, o colapso da razão crítica como marca da transição entre um ideal emancipador e uma “razão cínica”, em que a falência do projeto ilustrado deixa de ser percebida como catástrofe e se converte em norma funcional. A renúncia ao pensamento reflexivo é naturalizada como pragmatismo. Nesse cenário, a universidade e a ciência passam a ocupar o lugar simbólico da disfunção social: vistas como produtoras de ruído, e não de esclarecimento. Marilena Chauí (2000), ao analisar o “senso comum autoritário” brasileiro, mostra como o saber é associado à desordem e à perversão moral, produzindo uma antipolítica da ignorância. O saber torna-se um estorvo; o professor, um perigo público.

Esse cinismo estrutural convive com formas de democracia delegativa, nas quais a *accountability* horizontal enfraquecida compromete a sustentação pública de protocolos de prova e perícias (O'Donnell, 1994). Ao reduzir a crítica a ruído, tais arranjos atingem diretamente a infraestrutura do conhecimento como bem público, isto é, o conjunto de instituições, práticas e salvaguardas que tornam a crítica operativa e vinculante (Avritzer, 2019). Em termos culturais, a produção de hibridismos pode tanto abrir brechas de circulação para a crítica quanto ser cooptada por formatos que espetacularizam a indignação (García Canclini, 2008).

A crise epistêmica antecede a esfera digital e sustenta suas dinâmicas de desinformação. No Sul Global, essa dinâmica se intensifica pela fragilidade histórica das instituições de saber. A precariedade estrutural das universidades públicas, a instabilidade nas políticas educacionais e a desigualdade no acesso ao conhecimento criam um terreno fértil para a erosão da autoridade cognitiva. Exemplo disso são os ataques sistemáticos às universidades latino-americanas nos últimos anos: na Argentina, sob o governo Milei, a redução de verbas e a retórica de “doutrinação” reativam o dispositivo do anti-intelectualismo como política de Estado; no México, a tentativa de criminalização de cientistas revela a captura institucional do aparato judicial para desmobilizar a crítica. No plano regional, essa fragilidade se converte em oportunidade política para projetos que, sob retóricas de “eficiência” e “liberdade”, desmontam orçamentos, carreiras e procedimentos em nome de uma verdade autoevidente do “povo” — uma moralização do comum que naturaliza desigualdades e circunscreve o papel das universidades a apêndices instrumentais do mercado (Gago, 2018; Svampa, 2016). O efeito é circular: menos mediação produz mais vulnerabilidade à desinformação; mais vulnerabilidade legitima novas rodadas de desmonte (O'Donnell, 1994; Avritzer, 2019). No México, desde 2021, pesquisadores vinculados ao CONACYT enfrentam processos judiciais interpretados por setores da academia e da imprensa internacional como formas de intimidação e criminalização da ciência independente (McKie, 2021; Miller, 2021).

Ainda que exista uma crítica legítima à colonialidade do saber, sua apropriação pelo discurso neoconservador transforma a demanda por pluralidade em um argumento contra qualquer mediação institucional. Boaventura de Sousa Santos (2016), ao propor uma ecologia de saberes, ressalta a urgência de democratizar os critérios de validação. No entanto, quando essa proposta é descontextualizada e usada para deslegitimar toda forma de autoridade cognitiva, ela perde sua potência crítica e se converte em pretexto para a dissolução do campo epistêmico. Em vez de mais vozes, temos menos escuta. Em vez de reconhecimento plural, um mercado moral de opiniões em que vence quem performa melhor sua indignação.

O anti-intelectualismo deve ser compreendido como operador ativo da crise democrática. Ele reconfigura os modos de subjetivação política, destitui o espaço público de sua função deliberativa e fragmenta os consensos mínimos que sustentam a convivência democrática. Ao atacar a mediação, ele atinge a própria condição de possibilidade do pensar em comum. Essa erosão da crítica não é um efeito colateral, mas um dispositivo central do autoritarismo em sua forma pós-moderna: não o silêncio pela repressão direta, mas o colapso da escuta pela saturação simbólica do ressentimento.

O chamado mimetismo democrático punitivo manifesta-se na apropriação de vocabulários como “liberdade de expressão”, “pluralismo”, “neutralidade”, “antidoutrinação”, “escola sem partido”, “meritocracia” e “defesa da família” para conter e desautorizar a crítica por dentro da própria gramática democrática. Convoca-se a liberdade para silenciar, o pluralismo para nivelar evidência e opinião, e a neutralidade para interditar o dissenso (Brown, 2019; McRobbie, 2009; Butler, 1997). Em chave decolonial, esse processo inverte a ecologia de saberes — que busca democratizar critérios de validação — transformando-a em justificativa para desautorizar toda mediação. O resultado não é pluralismo, mas equivalência moral entre opinião e evidência, com efeitos materiais sobre educação, ciência e cultura (Santos, 2016; Quijano, 2000; Mignolo, 2005).

3.2 Plataformas da ignorância: redes sociais, economia da atenção e amplificação da anticiência

As plataformas digitais não apenas refletem disputas informacionais contemporâneas — elas as estruturam. Projetadas para maximizar a permanência e o engajamento dos usuários, essas infraestruturas operam como sistemas tecnopolíticos que reconfiguram as condições de circulação do saber. A ignorância, nesse contexto, não emerge como ausência de conhecimento, mas como efeito sistêmico de modelos econômicos que valorizam o choque afetivo e a viralidade em detrimento da argumentação. Em ecossistemas latino-americanos, esses mecanismos se articulam a mercados midiáticos concentrados, assimetrias de infraestrutura e histórias de regulação intermitente, o que reforça a dependência de intermediários privados para funções típicas de esfera pública (García Canclini, 2008). A captura da atenção não só mercantiliza o debate como reordena prioridades cognitivas, orientando o que é visível, plausível e político (Zuboff, 2019; Fuchs, 2021).

Christian Fuchs (2021) mostra como as plataformas funcionam como dispositivos ideológicos alinhados ao capitalismo de vigilância, organizando o fluxo comunicacional segundo imperativos de lucro, e não de verdade.

A lógica do engajamento é orientada por algoritmos que priorizam conteúdos emocionalmente carregados, polarizadores e simplificados. Zeynep Tufekci (2017) argumenta que tais mecanismos criam ambientes férteis para a propagação de desinformação, especialmente em momentos de crise — como demonstrado pela disseminação de notícias falsas sobre vacinas e pandemias. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) qualificou essa dinâmica como “infodemia”², indicando a impossibilidade de discernimento em ecossistemas saturados de estímulos contraditórios. A epistemologia do tempo real substitui o tempo da reflexão: o saber é reduzido ao clique. Byung-Chul Han (2015), ao analisar a lógica da aceleração informacional em “A sociedade do cansaço”, enfatiza que a velocidade

² A Organização Mundial da Saúde (2020) definiu “infodemia” como a sobrecarga de informações falsas durante emergências sanitárias, como a pandemia de Covid-19.

contemporânea mina a possibilidade de elaboração crítica. Pensar exige demora — mas o regime digital demanda resposta imediata.

A personalização algorítmica, por sua vez, organiza a experiência informacional em bolhas de confirmação. Cass Sunstein (2018) observa que, ao isolar os sujeitos em câmaras de eco, as plataformas reforçam visões de mundo autocentradas, impedindo a circulação de argumentos discordantes. Trata-se de uma forma tecnicamente mediada de fechamento epistêmico. Ruha Benjamin (2019) amplia essa crítica ao apontar como a personalização digital reproduz hierarquias estruturais, operando exclusões epistêmicas que naturalizam desigualdades raciais, de classe e território. Em vez de ampliar o acesso ao saber, o sistema algorítmico fortalece padrões de invisibilização, promovendo o que Chan (2020) denomina “colonialidade da interface”.

A crise epistêmica digital não pode ser compreendida apenas como um problema de conteúdo, mas de forma. As plataformas moldam os formatos possíveis do discurso: posts curtos, vídeos instantâneos, hashtags e memes reduzem a complexidade argumentativa e amplificam a performatividade. Srnicek (2017) e Zuboff (2019) demonstram que essa simplificação não é contingente, mas funcional: conteúdos que favorecem o consumo acelerado e geram respostas emocionais rápidas são mais rentáveis. O design da atenção é também o design da ignorância. Os dados do Pew Research Center (2020)³ mostram que os conteúdos de menor densidade cognitiva têm maior alcance, consolidando a lógica da superficialidade como norma informacional.

A resposta institucional a esse cenário é ainda incipiente e tensionada. A Lei Europeia de Serviços Digitais (DSA), aprovada em 2022, busca impor maior responsabilidade às plataformas quanto à moderação de conteúdos e à transparência algorítmica. No entanto, como alerta Gillespie (2020), a moderação automatizada pode reproduzir os mesmos vieses e excluir vozes dissidentes sob o pretexto de neutralidade. Por outro lado, iniciativas como a defendida por Renee Hobbs (2017) propõem a educação midiática crítica como componente essencial para reequilibrar esse ecossistema. Ao reconhecer que os algoritmos não são neutros e que a atenção é um recurso político, torna-se possível vislumbrar saídas não apenas regulatórias, mas pedagógicas. A esfera pública digital, longe de ser um campo espontâneo de trocas, é uma arquitetura política que precisa ser disputada — tanto em seu desenho técnico quanto em seus fundamentos epistêmicos. Para além da regulação, políticas precisam tratar letramento midiático crítico como infraestrutura democrática e não como projeto pontual: formação docente continuada, currículos e protocolos de verificação em redes escolares e comunitárias; laboratórios universitários que auditem fluxos e moderação; e parcerias com organizações da sociedade civil (por exemplo, NetLab/UFRJ, EducaMídia, Instituto Vero) para transferência metodológica e monitoramento público (Ministério da Educação, 2023; Unesco, 2021).

3.3 Ressentimento e representação: populismo de direita e a performatividade neoconservadora nas esferas digitais

O populismo de direita contemporâneo não se limita a uma ideologia discursiva, mas opera como uma gramática afetiva de subjetivação política. Nas esferas digitais, o ressentimento é codificado e

³ Estudo realizado pelo Pew Research Center (2020) indica que usuários que consomem notícias principalmente por redes sociais tendem a ser menos informados e menos engajados.

distribuído como linguagem pública, dando forma a uma estética da indignação que confere legitimidade simbólica à rejeição da crítica. Judith Butler (1997) compreende a constituição do sujeito político como um processo performativo sustentado por afetos reiterados. Nesse contexto, a raiva, a humilhação e a frustração não são sintomas, mas instrumentos reiterativos que consolidam identidades oposicionistas. A “autenticidade ressentida” emerge como capital simbólico nas redes: quanto mais moralizada e indignada a fala, mais potência agregadora ela adquire. Essa gramática afetiva adquire densidade ao recodificar perdas materiais em feridas morais e ao converter a humilhação ressentida em autoridade política (Brown, 2019). Em termos latino-americanos, conecta-se à política da libertação, que recoloca o outro e as vítimas de sistemas excludentes no centro da reflexão — e mostra como tal centralidade pode ser ressignificada por projetos regressivos que odeiam a mediação (Dussel, 2011).

A região conheceu autoritarismos “modernos” — centralizados, militarizados e ancorados em doutrinas de segurança nacional — que dissolveram universidades e censuraram intelectuais; o ciclo atual difere em forma, não em finalidade: o autoritarismo “pós-moderno” internaliza a censura na arquitetura da atenção e terceiriza a coerção para a economia de plataformas, deslocando o ataque do livro queimado para o feed e da polícia política para a modulação algorítmica. A continuidade histórica reside tanto no resultado (disciplinar saberes) quanto na tática: ontem, silenciamento por força; hoje, por saturação e ruído, com o design da atenção operando como nova infraestrutura de coerção (O'Donnell, 1994; Zuboff, 2019; Fuchs, 2021; Tufekci, 2017; Brown, 2019).

Essa lógica é instrumentalizada por influenciadores digitais que performam arquétipos familiares — o pai de família, o cidadão comum, o trabalhador honesto — para legitimar sua autoridade discursiva sem mediação institucional. Esses sujeitos operam como “intelectuais orgânicos digitais”, no sentido gramsciano, ocupando o vácuo deixado pela deslegitimação da crítica especializada. Estudos recentes (Rodello, 2024) demonstram como figuras como Allan dos Santos ou Nikolas Ferreira funcionam como nodos estratégicos de difusão de conteúdos afetivos, transformando a presença nas redes em capital político. No plano cultural, a disputa se decide em economias morais onde o que legitima não é o argumento, mas a intensidade performada da dor (McRobbie, 2009). Esse circuito reforça ordens patriarcais e disciplinamentos do espaço público, produzindo uma estética que criminaliza corpos e saberes dissidentes (Segato, 2016) e converte a pós-verdade em regra operacional de pertencimento (Oxford Dictionaries, 2016). Wendy Brown (2019) analisa esse fenômeno como o triunfo da “ferida política”, na qual a identidade se constrói como resposta ressentida à suposta humilhação causada por elites cosmopolitas, acadêmicas e culturais.

A estética da autenticidade, nesse cenário, não é espontânea: ela é performada por meio de gestos, vocabulários e dispositivos que reiteram a oposição entre povo e elite, entre verdade sentida e racionalidade corrompida. Angela McRobbie (2009) aponta que o populismo contemporâneo articula uma “economia moral da indignação”, na qual a coerência é menos relevante que a intensidade emocional. O conteúdo dos discursos importa menos que a capacidade de gerar identificação afetiva. Assim, mesmo contradições lógicas ou mentiras verificadas são neutralizadas por uma retórica do sentimento legítimo. O critério da verdade cede lugar à performance da dor. A crítica não é respondida, mas desqualificada como arrogância ou desconexão com a realidade do “povo”.

Esse padrão de mobilização simbólica se insere plenamente na lógica das plataformas digitais, mas não se reduz a ela. O ressentimento performado atua como filtro cognitivo que precede o consumo de informações. O sujeito não busca conhecer, mas confirmar. A categoria de “pós-verdade”, cunhada em seu uso contemporâneo no Oxford Dictionaries (2016), nomeia esse deslocamento: a factualidade é subordinada à plausibilidade emocional. Stephen Colbert (2005) ironiza essa condição com o termo *truthiness* — aquilo que “parece verdade porque eu quero que seja”. Contudo, que a penetração da pós-verdade não é homogênea: subsistem ilhas de resistência cognitiva, inclusive nos espaços digitais, o que revela a existência de uma disputa epistêmica em curso, e não seu encerramento.

A performatividade neoconservadora não apenas amplifica afetos regressivos: ela reconfigura os critérios de legitimidade no espaço público. A substituição da escuta pelo grito, da crítica pela caricatura, e do argumento pela comoção não são efeitos colaterais da crise democrática, mas componentes estruturais de sua reconfiguração simbólica. Ao transformar a indignação em instrumento de autoridade, essa gramática afetiva reorienta o eixo do debate político, consolidando identidades cuja força reside na recusa. Se, como propõe Butler (2024), todo discurso é também uma prática de constituição, então o populismo digital de direita deve ser lido como um dispositivo contínuo de subjetivação ressentida — onde a política se converte em palco, e a cena da verdade, em espetáculo.

3.4 Para além da ruína: resistência epistêmica, educação crítica e a reconfiguração democrática do saber

Se a deslegitimação epistêmica constitui um dispositivo central da crise democrática contemporânea, o enfrentamento dessa erosão exige a reconstrução ativa da mediação crítica como prática política e pedagógica. Paulo Freire (1996) já compreendia a educação como práxis libertadora, na qual o saber se produz pela reflexão coletiva sobre o mundo vivido. Rompendo com o modelo bancário de ensino, Freire propõe a escuta, o diálogo e a problematização como fundamentos de uma pedagogia da autonomia. Nesse horizonte, resistir à dissolução da autoridade cognitiva não é restaurar a verticalidade do saber tradicional, mas democratizar radicalmente suas formas de produção, circulação e validação. A ecologia de saberes, sugerida por Santos (2016), oferece um desenho institucional que combina pluralidade epistêmica e rigor público, afastando o falso dilema entre relativismo e autoritarismo cognitivo. Na chave de Dussel (2011), isso significa reorientar instituições para a escuta vinculante do que foi historicamente desautorizado, com procedimentos que tornem essa escuta operativa em políticas.

Boaventura de Sousa Santos (2016), ao desenvolver a noção de “ecologia de saberes”, aprofunda esse desafio ao propor a articulação entre epistemologias plurais, superando o monismo científico e incluindo conhecimentos indígenas, populares, feministas e periféricos como partes integrantes de um novo contrato cognitivo. A justiça cognitiva, nesse sentido, não é apenas inclusão de vozes subalternizadas, mas reestruturação dos próprios critérios do saber válido. A crítica à colonialidade do conhecimento não conduz à anomia epistêmica, mas à reconfiguração dos marcos da

legitimidade — em que a escuta, o cuidado e a reexistência se tornam operadores epistêmicos tão relevantes quanto a comprovação empírica.

Essa reconfiguração não é meramente teórica. Experiências concretas, como as do programa EducaMídia⁴, do NetLab/UFRJ⁵ e do Instituto Vero⁶, demonstram como a resistência epistêmica pode ser encarnada em práticas pedagógicas, metodologias investigativas e redes comunitárias de aprendizagem. O EducaMídia capacita professores e estudantes para navegar criticamente a paisagem digital, enquanto o NetLab atua no rastreamento de campanhas de desinformação e na formação de redes jornalísticas cidadãs. O Instituto Vero, por sua vez, desenvolve ações de escuta, letramento digital e fortalecimento cognitivo em territórios vulnerabilizados, valorizando saberes situados e experiências de vida como insumos epistêmicos. Essas iniciativas demonstram que a mediação crítica não desapareceu — ela se reinscreve em práticas insurgentes.

No campo das políticas públicas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁷, ao incorporar competências de pensamento crítico e cultura digital, representa um passo importante, ainda que insuficiente, para a formalização curricular da resistência cognitiva. A Unesco (2020; 2021)⁸ reforça essa agenda ao reconhecer a alfabetização midiática como condição para a cidadania democrática na era digital. A promoção da ciência aberta, defendida por instituições como SciELO, amplia esse horizonte ao democratizar o acesso ao conhecimento científico, tornando-o mais acessível, transparente e participativo. No entanto, como mostram os dados do IBGE (2024)⁹ e da TIC Domicílios (2024)¹⁰, as desigualdades no acesso a tecnologias e à formação docente ainda limitam a eficácia dessas políticas, sobretudo nas periferias e no campo. Recomenda-se tratar letramento midiático como política de Estado, com metas e orçamento; criar observatórios universitários de transparência algorítmica; institucionalizar parcerias com laboratórios cívicos para auditoria pública de plataformas; e fortalecer ciência aberta e acesso como bens comuns que reduzem custos cognitivos e elevam *accountability* (Ministério da Educação, 2023; Unesco, 2021; Noble, 2018).

A reconstrução da autoridade epistêmica não é regressiva nem nostálgica. Trata-se de um projeto emancipatório que articula justiça cognitiva, pluralidade epistêmica e pedagogias críticas em resposta às violências simbólicas do tempo presente. Reencantar o saber significa reinseri-lo no campo da política democrática, como espaço comum de produção de sentido e de compromisso com o comum. A resistência epistêmica não é retorno à autoridade tradicional, mas invenção coletiva de outras formas de legitimidade — abertas, situadas, dialógicas. Frente à corrosão algorítmica da crítica

⁴ Programa de educação midiática do Instituto Palavra Aberta que capacita educadores e estudantes para uma leitura crítica do ambiente digital (Instituto Palavra Aberta, 2023).

⁵ Laboratório de pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro que atua no monitoramento de desinformação e na formação de redes jornalísticas cidadãs (NetLab/UFRJ, 2024).

⁶ Organização dedicada ao enfrentamento da desinformação e à promoção da justiça cognitiva em territórios vulnerabilizados, com ações de letramento digital e escuta comunitária (Instituto Vero, 2023).

⁷ Documento normativo elaborado pelo Ministério da Educação que estabelece competências como o pensamento crítico e a cultura digital no currículo escolar brasileiro (Ministério da Educação, 2023).

⁸ A Unesco (2020) defende a alfabetização midiática e informacional como eixo central para a cidadania democrática na era digital.

⁹ Dados da PNAD Contínua do IBGE revelam disparidades persistentes no acesso à internet e à tecnologia no Brasil (IBGE, 2024).

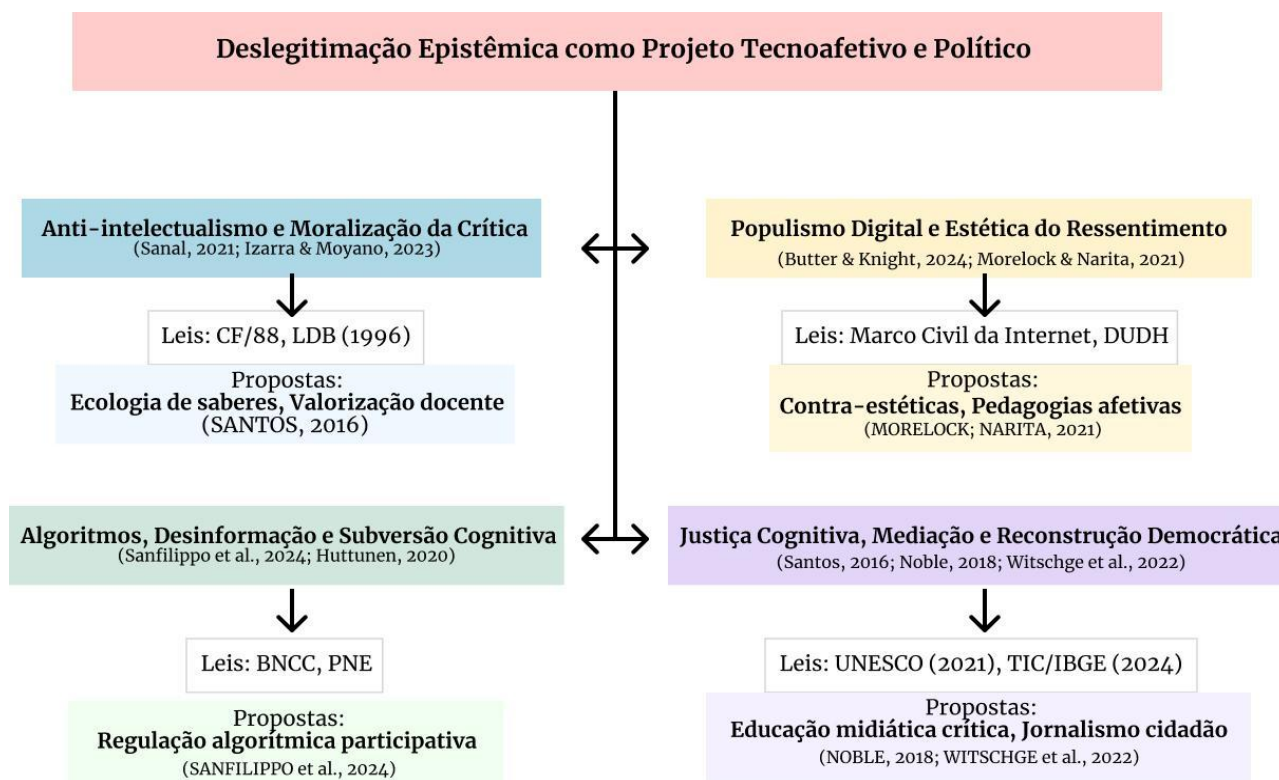
¹⁰ Pesquisa nacional conduzida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil que mapeia o uso das tecnologias de informação e comunicação no país (TIC Domicílios, 2024).

e ao ressentimento performado como verdade, essas práticas apontam para um futuro possível em que saber e democracia voltem a caminhar juntos.

4 Arguição analítica

A deslegitimação epistêmica contemporânea não é mero colapso espontâneo da razão pública, mas a expressão material de um projeto político articulado por regimes de verdade que operam simultaneamente em níveis simbólicos, afetivos, infraestruturais e institucionais. O que está em disputa não é apenas o conteúdo do saber, mas os próprios critérios de legitimidade, os modos de enunciação e os dispositivos que organizam o reconhecimento do que é possível conhecer, dizer e escutar em sociedade. O saber crítico, ao ser desqualificado como desvio moral, deixa de ser condição da vida democrática e passa a ser percebido como obstáculo à autenticidade ressentida de um “povo” imaginado, o que desloca o campo epistêmico para um terreno de guerra cultural e estetização reacionária. A Figura 1 ilustra essas articulações entre infraestruturas técnicas, dispositivos simbólicos e dinâmicas afetivas na constituição de uma ecologia da deslegitimação epistêmica.

Figura 1 - Ecologia da deslegitimação epistêmica: dispositivos, infraestruturas e afetos na crise da crítica



12

Fonte: Elaboração própria, com base em: Sanal (2021), Izarra; Moyano (2023), Santos (2016), Sanfilippo et al. (2024), Huttunen (2020), Butter; Knight (2024), Morelock; Narita (2021), Noble (2018) e Unesco (2021).

Legenda: Setas contínuas indicam nexos causais; tracejadas, retroalimentações; a espessura, a intensidade. Infraestruturas e modelos de negócio (plataformas, vigilância, personalização) geram formas discursivas (moralismos punitivos, anti-intelectualismo, mimetismo democrático). Estas modulam afetos públicos (ressentimento, indignação), que reconfiguram regimes de verdade (descrédito da mediação, equivalência entre opinião e evidência), retornando aos algoritmos pela lógica do engajamento (Zuboff, 2019; Fuchs, 2021; Tufekci, 2017).

O ciclo produz erosão da autoridade cognitiva e a inviabilização da escuta qualificada, operando como efeito e instrumento de projetos autoritários (O'Donnell, 1994; Avritzer, 2019; Quijano, 2000; Mignolo, 2005; Santos, 2016).

A crítica deixou de ocupar o centro da vida pública para se tornar alvo sistemático de desconfiança, escárnio e deslegitimação. O saber, outrora símbolo de emancipação e projeto coletivo de mundo, passou a ser identificado como privilégio, ameaça ou fraude moral. A crise epistêmica contemporânea não se expressa apenas na rejeição pontual a instituições de ensino ou à ciência, mas na corrosão profunda da mediação como princípio político e cultural. Esse colapso não ocorre subitamente, nem fora de contexto: ele é o resultado de uma articulação entre narrativas ressentidas, dispositivos técnicos, estratégias econômicas e disputas simbólicas que reconfiguram o próprio regime de verdade que sustenta o laço social. Como observa Mittelman (2023), a globalização contemporânea não pode ser dissociada da crise cognitiva e das disputas simbólicas que atravessam os regimes democráticos, de modo que a deslegitimação epistêmica na América Latina deve ser lida como parte de uma ecologia de crise transnacional.

O anti-intelectualismo, longe de ser uma irrupção episódica de ignorância ou hostilidade, atua como uma gramática estrutural da regressão democrática. Sua operação desloca o saber da esfera da legitimidade compartilhada para a do descrédito performativo. Já não se contesta o conteúdo da crítica, mas sua existência. O saber mediado, elaborado, argumentado, passa a figurar como sinal de desconexão com o “real”, como se a verdade devesse coincidir com o imediato, o afetivo e o visível. No lugar do argumento, o julgamento moral; no lugar da escuta, o ruído estratégico. O colapso da razão crítica, tal como descrito por Arantes (2014), inaugura uma subjetividade adaptada à falência — uma razão que, cínica, aprende a sobreviver entre os escombros da escuta (Chauí, 2000).

Essa transformação simbólica é intensificada pela arquitetura tecnopolítica das plataformas digitais, cujo funcionamento não apenas amplifica conteúdos, mas modula a própria experiência epistêmica. O algoritmo não é neutro: ele participa da constituição do que se vê, do que se crê e do que se considera relevante. O que circula é menos o verdadeiro do que o viralizável; menos o argumento do que o afeto. A economia da atenção transforma a informação em mercadoria volátil, e a desinformação em modelo de negócio (Fuchs, 2021; Zuboff, 2019). A performatividade das redes produz uma compressão do tempo e da linguagem, inviabilizando a elaboração crítica. O pensamento cede à reação. A mediação é percebida como atraso. A escuta, como fraqueza.

Nessa conjuntura, os afetos se tornam o novo campo de batalha. O ressentimento emerge como estrutura de reconhecimento, identidade e ação política. As figuras da indignação moral — o cidadão revoltado, o pai de família ultrajado, o “gente como a gente” — ocupam o espaço antes reservado à crítica pública, instaurando uma estética da autenticidade que legitima a ignorância como sinceridade e a violência simbólica como expressão legítima de opinião. A autoridade do saber, substituída pela performatividade da dor, torna-se refém da economia moral da comoção (Butler, 1997; Brown, 2019; McRobbie, 2009). O critério de verdade se dissolve na plausibilidade emocional: não é mais verdadeiro o que resiste à prova, mas o que se encaixa no afeto dominante. É o que Stephen Colbert (2005) ironizou como *truthiness* aquilo que parece verdade porque “eu sinto que é”.

Ao mesmo tempo, essa constelação de forças não é absoluta. A crítica não desaparece — ela migra, resiste, reinventa-se. Nos interstícios da máquina de desinformação e ressentimento, emergem práticas pedagógicas, experimentos coletivos e redes contra-hegemônicas que buscam restituir à crítica sua dimensão emancipatória. A ecologia de saberes, proposta por Santos (2016), e a justiça

cognitiva, pensada por autoras como Noble (2018), abrem caminhos para a reconfiguração democrática do saber. Não se trata de restaurar uma autoridade epistêmica vertical e homogênea, mas de inventar novas formas de escuta, validação e partilha do conhecimento.

Essas novas formas não se constroem no abstrato, mas em práticas localizadas, comprometidas com a experiência concreta dos sujeitos. Iniciativas como o EducaMídia, o Instituto Vero e o NetLab/UFRJ exemplificam a potência de uma pedagogia crítica voltada para o enfrentamento da desinformação e da opacidade algorítmica. Nessas experiências, o saber não é transmissão, mas coautoria. Não é acúmulo, mas recomposição do sensível. A escuta reaparece como fundamento — não apenas da comunicação, mas da própria política. Formar sujeitos críticos implica criar condições para que a escuta seja possível, inteligível e reconhecida como ato de resistência.

No entanto, essas práticas enfrentam limites materiais e simbólicos. A persistente desigualdade no acesso à tecnologia, à formação docente e à cultura digital transforma a justiça cognitiva em horizonte ainda parcial e tensionado (IBGE, 2024; TIC Domicílios, 2024). A Base Nacional Comum Curricular e os marcos da Unesco (2021) apontam para caminhos institucionais de valorização da alfabetização midiática, mas dependem de projetos políticos que articulem investimento público, escuta territorializada e pluralidade epistemológica. Resistir à erosão epistêmica exige mais do que dados ou políticas: exige uma reconstrução sensível da mediação como prática de mundo comum.

A deslegitimação da crítica não é um fenômeno periférico: ela constitui a infraestrutura simbólica do autoritarismo contemporâneo. Governar, hoje, implica gerir a escuta — seja para a interditar, seja para a reconfigurar. Nesse campo de forças, a crítica não é ruído a ser descartado, mas índice da possibilidade de reconstruir vínculos políticos por outras vias. Reencantar o saber significa devolver-lhe sua função pública: não como acervo a ser consumido, mas como gesto coletivo de elaboração do mundo. A democracia não se sustenta na circulação infinita de informações, mas na possibilidade de escutar o que ainda não foi reconhecido como saber. Frente ao colapso da razão e à monetização do ressentimento, pensar em comum é, mais do que nunca, um ato de insurgência epistêmica.

5 Considerações finais

Este estudo buscou compreender os mecanismos contemporâneos de deslegitimação epistêmica a partir da articulação entre discursos anti-intelectualistas, plataformas digitais e regimes afetivos de verdade, propondo uma leitura crítica sobre a crise da mediação cognitiva nas democracias atuais. No entanto, como limitação, destaca-se o recorte predominantemente teórico e documental, o que restringe a análise empírica a fontes secundárias e pode não captar integralmente as dinâmicas vividas nos territórios escolares, comunitários e digitais em sua dimensão cotidiana. Futuras investigações poderão aprofundar a análise etnográfica das resistências pedagógicas e comunicacionais em contextos periféricos, bem como mapear comparativamente os efeitos de políticas regulatórias em diferentes regimes democráticos. Do ponto de vista das políticas públicas, recomenda-se o fortalecimento de iniciativas voltadas à educação midiática crítica, à revalorização do papel das universidades públicas como espaços de pluralidade epistêmica, e ao fomento de ecossistemas de informação que combinem regulação democrática das plataformas, incentivo à

imprensa independente e promoção de práticas pedagógicas emancipatórias ancoradas na justiça cognitiva.

Referências

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

AVRITZER, Leonardo. *Democracia e os três poderes no Brasil*. São Paulo: Record, 2019.

BENJAMIN, Ruha. *Race after technology: abolitionist tools for the new Jim Code*. Cambridge: Polity, 2019. Disponível em: <https://www.politybooks.com/bookdetail?book_slug=race-after-technology-abolitionist-tools-for-the-new-jim-code--9781509526406>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BROWN, Wendy. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books, 2019. Disponível em: <<https://zonebooks.org/titles/undoing-the-demos/>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge, 1997. Disponível em: <<https://www.routledge.com/Bodies-That-Matter-On-the-Discursive-Limits-of-Sex/Butler/p/book/9780415908086>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BUTLER, Judith. *Notes toward a performative theory of assembly*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

BUTTER, Michael; KNIGHT, Peter (org.). *Populism and conspiracy theory: case studies and theoretical perspectives*. London: Taylor & Francis, 2024.

CARVALHO, Cleide. *Pesquisa mostra que desinformação sobre vacinas coloca crianças em risco*. O Globo, 10 jul. 2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2024/07/10/pesquisa-mostra-que-desinformacao-sobre-vacinas-coloca-criancas-em-risco.ghtml>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CFF; CNMP/UNISA. *Estudo sobre consciência vacinal no Brasil*. São Paulo: CFF; CNMP/UNISA, jun. 2024. Disponível em: <<https://site.cff.org.br/noticia/Noticias-gerais/18/06/2024/medo-e-desinformacao-ameacam-vacinacao-no-brasil-revela-estudo>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAPARRO, Amanda. Lima, police violently storm a campus hosting protesters. *Le Monde*, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/en/international/article/2023/01/23/in-lima-the-police-violently-storm-a-campus-hosting-protesters_6012652_4.html>. Acesso em: 6 jun. 2025.

COLBERT, Stephen. *The Colbert report*. Comedy Central, 2005. Disponível em: <<https://www.cc.com/shows/the-colbert-report>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

DUSSEL, Enrique. *Política da libertação: história mundial e crítica*. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FUCHS, Christian. *Digital capitalism: media, communication and society. Volume three*. London: Routledge, 2021.

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

GILLESPIE, Tarleton. *Custodians of the internet: platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media*. New Haven: Yale University Press, 2020.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

HOBBS, Renee. *Digital and media literacy: connecting culture and classroom*. Thousand Oaks: Corwin, 2017.

HUTTUNEN, Rauno (org.). *The digital age and its discontents*. Helsinki: Helsinki University Press, 2020.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel*. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pnad-continua.html>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

INSTITUTO PALAVRA ABERTA. *Programa EducaMídia: educação midiática para a cidadania crítica*. São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://www.palavraaberta.org.br/atuacao/programa-educamidia>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

INSTITUTO VERO. *Nossas Vozes: combate à desinformação nas comunidades ribeirinhas*. 2023. Disponível em: <<https://vero.institutofelipeneto.org.br/>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

IZARRA, Laura P. Z.; MOYANO, Thiago M. (org.). *Transatlantic crises of democracies: cultural approaches*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2023.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MCKIE, Anna. Persecution mexican researchers reaches “another level”. *Inside Higher Ed*, 15 out. 2021. Disponível em: <<https://www.insidehighered.com/news/2021/10/15/persecution-mexican-researchers-reaches-new-level>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

MCRoBBIE, Angela. *The aftermath of feminism: gender, culture and social change*. London: Sage, 2009. Disponível em: <<https://us.sagepub.com/en-us/nam/the-aftermath-of-feminism/book228554>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

MIGNOLO, Walter D. *The Idea of Latin America*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2005.

MILLER, Leila. A top university in Mexico becomes a battleground over academic freedom. *Los Angeles Times*, 15 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.latimes.com/world-nation/story/2021-12-15/la-fg-mexico-cide-strike>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-basica/bncc>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

MISCULIN, Nicolás. *Hundreds of thousands of Argentines protest over university budget cuts*. Reuters, 23 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/americas/argentinas-milei-faces-biggest-protest-yet-students-march-over-budget-cuts-2024-04-23/>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MITTELMAN, James H. et al. *Globalization*. Oakland: University of California Press, 2023.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe Zioti. *The society of the selfie*. London: University of Westminster Press, 2021.

NETLAB/UFRJ. *Pesquisas e iniciativas contra a desinformação digital*. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <<https://netlab.eco.ufrj.br/>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York: NYU Press, 2018. Disponível em: <<https://nyupress.org/9781479837243/algorithms-of-oppression/>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

O'DONNELL, Guillermo. Delegative democracy. *Journal of Democracy*, v. 5, n. 1, p. 55-69, 1994.

OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE). *Managing the COVID-19 infodemic: promoting healthy behaviours and mitigating the harm from misinformation and disinformation*. OMS, 23 set. 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/23-09-2020-managing-the-covid-19-infodemic-promoting-healthy-behaviours-and-mitigating-the-harm-from-misinformation-and-disinformation>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

OXFORD DICTIONARIES. *Word of the Year 2016: Post-truth*. Oxford: Oxford University Press, 2016. Disponível em: <<https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

PEW RESEARCH CENTER. Americans who mainly get their news on social media are less engaged, less knowledgeable. *Pew Research Center*, 30 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/journalism/2020/07/30/americans-who-mainly-get-their-news-on-social-media-are-less-engaged-less-knowledgeable/>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

REUTERS INSTITUTE. *Digital News Report 2024: Brazil country page*. Oxford: University of Oxford, 2024. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2024/brazil>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

RODELLO, Francisco Alves. Nikolas Ferreira e a (auto)identificação de uma juventude conservadora. *Universidade Federal de Viçosa*, 2024. Disponível em: <<https://www.jornalismo.ufv.br/wp-content/uploads/2024/02/Francisco-Alves-Rodello.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

ROSA, Pablo Ornelas; DE ORNELAS ROSA, Ramiro. Tecnopolíticas do ódio: estratégias utilizadas por grupos de WhatsApp conservadores e bolsonaristas nas eleições brasileiras de 2018 e 2022: *Simbiótica*. *Revista Eletrônica*, v. 11, n. 1, p. 64-91, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/download/44757/30149/156060>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SANAL, Asli (org.). *Post-truth imaginations: new starting points for critique of politics and technoscience*. London: Taylor & Francis, 2021.

SANFILIPPO, Madelyn Rose; ZHU, Xiaohua Awa; YANG, Shengan. Sociotechnical governance of misinformation: an Annual Review of Information Science and Technology (ARIST) paper. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, [S. l.], 2024. DOI: 10.1002/asi.24953.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 100, p. 3–46, 2016.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SIGAL, Lucila. 'We will teach by candlelight': Argentine students and teachers protest Milei budget cuts. Reuters, 17 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/americas/we-will-teach-by-candlelight-argentine-students-teachers-protest-milei-budget-2024-04-17/>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.

SUNSTEIN, Cass R. Is social media good or bad for democracy? *Facebook Newsroom*, 18 jan. 2018. Disponível em: <<https://about.fb.com/news/2018/01/sunstein-democracy/>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SVAMPA, Maristella. *Debates latinoamericanos*. indianismo, desarrollo, dependencia y populismo. Buenos Aires: Edhasa, 2016.

TIC DOMICÍLIOS. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil. *Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)*, 2024. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

TUFEKCI, Zeynep. *Twitter and tear gas: the power and fragility of networked protest*. New Haven: Yale University Press, 2017.

UNESCO. *Education for sustainable development goals*. learning objectives. Paris: UNESCO Publishing, 2021. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247444>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

UNESCO. *Online disinformation*. UNESCO unveils action plan to regulate social media platforms. *UNESCO*, 23 set. 2020. Disponível em: <<https://www.unesco.org/en/articles/online-disinformation-unesco-unveils-action-plan-regulate-social-media-platforms>>. Acesso em: 6 jun. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. New York: PublicAffairs, 2019.

Artigo recebido em: 13/06/2025.

Aprovado em: 22/09/2025.

Tiago Negrão de Andrade (tiago.negrao@unesp.br) é Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC – Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas, pela Universidade de Sorocaba (Uniso).

Maria Cristina Gobbi (cristina.gobbi@unesp.br) é Pesquisadora Livre-Docente em História da Comunicação e da Cultura Midiática pela UNESP pela Unesp. Chefa no Departamento de Jornalismo e professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da mesma instituição. Bolsista de Produtividade do CNPq e Bolsista Fapesp (Processo 22/08397-6). Diretora Administrativa da ALAIC. Integra o INCT Caleidoscópio.

A destruição epistêmica do pensamento: anti-intelectualismo, plataformas digitais e a reconfiguração neoconservadora da verdade na América Latina

Resumo. Este artigo analisa os mecanismos contemporâneos de deslegitimação epistêmica nas democracias latino-americanas, com foco nos discursos anti-intelectuais e nas dinâmicas das plataformas digitais. A partir de uma análise crítica do discurso de campanhas digitais, documentos institucionais e estudos acadêmicos, evidencia-se como tais estratégias desqualificam o pensamento crítico como ideológico ou elitista. O aumento da desinformação no Brasil após 2022, os cortes orçamentários em universidades e a perseguição a cientistas na Argentina e no México revelam a dimensão política da crise epistêmica. Conclui-se que tais processos não são pontuais, mas fazem parte de uma estratégia neoconservadora de reconfiguração da verdade. Propõem-se, como resposta, políticas de regulação algorítmica, proteção institucional às universidades e fortalecimento de epistemologias plurais por meio de pedagogias decoloniais e letramento midiático crítico.

Palavras-chave: Anti-intelectualismo; Plataformas digitais; Desinformação; Justiça cognitiva; Educação crítica

19

The epistemic destruction of thought: anti-Intellectualism, digital platforms, and the neoconservative reconfiguration of truth in Latin America

Abstract. This article examines contemporary mechanisms of epistemic delegitimization in Latin American democracies, focusing on anti-intellectual discourses and the dynamics of digital platforms. Through critical discourse analysis of digital campaigns, institutional documents, and academic studies, the article reveals how such strategies discredit critical thinking as ideological or elitist. The rise of disinformation in Brazil after 2022, budget cuts to universities, and persecution of scientists in Argentina and Mexico highlight the political nature of the epistemic crisis. These are not isolated events but part of a neoconservative strategy to reconfigure truth. The article advocates for algorithm regulation, institutional protection of universities, and the strengthening of plural epistemologies through decolonial pedagogies and critical media literacy.

Keywords: Anti-intellectualism; Digital platforms; Disinformation; Cognitive justice; Critical education